



UC/FPCE\_2012

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O efeito do baixo autocontrolo no crime e no comportamento anti-social: análise da Teoria Geral do Crime numa amostra de reclusos e não reclusos portugueses**

Carla Alexandra Inácio Pinto (e-mail: [carla.pinto4@hotmail.com](mailto:carla.pinto4@hotmail.com))

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica, sub-área de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação de António Castro Fonseca

**O efeito do baixo autocontrolo no crime e no comportamento anti-social: análise da Teoria Geral do Crime numa amostra de reclusos e não reclusos portugueses**

O objectivo deste estudo consistiu em testar a hipótese central da Teoria Geral do Crime, publicada em 1990 por Michael Gottfredson e Travis Hirschi, que refere que “*tanto no crime, como em comportamentos análogos, existe uma característica comum nos indivíduos, que se designa por baixo autocontrolo*”. Para tal, utilizou-se um grupo de reclusos numa prisão regional portuguesa, e um grupo de jovens adultos da comunidade. Para além da entrevista, cada participante preencheu também uma *Escala de Baixo Autocontrolo* elaborada por Grasmick e colaboradores (1993), uma *Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais* (SRA; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & Van Kammen, 1989; Fonseca, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1995), e uma escala de “oportunidade de crime”, que consistia num conjunto de questões que caracterizam as pessoas com quem o sujeito gosta de passar o seu tempo, e designadamente os seus comportamentos desviantes, assumindo-se que quanto mais amigos desviantes houver, maiores serão as oportunidades de transgressão.

De modo geral, os resultados por nós obtidos, só parcialmente permitiram confirmar a hipótese de uma forte relação entre baixo autocontrolo e crime e/ou comportamento anti-social. Efectivamente, como era de esperar, foram encontradas diferenças entre reclusos e indivíduos da comunidade, mas essas diferenças só eram estatisticamente significativas quando se comparavam subgrupos específicos (e.g., reclusos reincidentes *versus* indivíduos não anti-sociais da comunidade). Além disso, mesmo neste caso, o efeito do baixo autocontrolo parece ser mais fraco do que seria de esperar, particularmente quando se controlava o efeito da oportunidade.

Palavras-chave: Baixo autocontrolo, comportamentos anti-sociais, crime, oportunidade.

**The effect of low self-control in crime and antisocial behaviour: analysis of the General Theory of Crime in a sample of Portuguese inmates and non inmates**

This study is aimed at testing the central hypothesis of the General Theory of Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), according to which “in the origins of crime and analogous behavior there is an individual characteristic – low self-control”. For this purpose a group of inmates from a local jail as well as a group of young adult men from the community were examined. In addition to an interview, participants completed a *Scale of Low Self-Control* (Grasmick *et al.*, 1993), a *Scale of Self-Reported Antisocial Behaviour* (SRA; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & Van Kammen, 1989; Fonseca, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1995), and a scale of opportunities of antisocial behavior that encompassed several items about friends and peers who got involved in antisocial behaviours was also used. The rationale for this, was that the number of deviant peers would provide a good indicator of opportunities available for antisocial behavior and delinquency.

The findings confirmed the hypothesis of a strong relationship between low self-control and crime or antisocial behavior, but only partially. Indeed results showed that, as expected, the inmates had lower self-control than their counterparts from the community, but the differences were only statistically significant for some subgroups (e.g. when comparing recidivist inmates with well behaved young men from the community). Furthermore, the effect of lower self-control was weaker than one would expect, particularly when we controlled for the effect of opportunity.

Key Words: antisocial behaviours; crime; low self-control: opportunity.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor António Castro Fonseca, pela disponibilidade e pelo conhecimento que me transmitiu ao longo deste ano lectivo; à Professora Doutora Isabel Alberto, pelo incentivo e pelo apoio, ao não me deixar desistir nesta recta final; e, à Doutora Marta Oliveira, pelos seus ensinamentos e pela paciência que teve comigo ao longo destes últimos tempos.

À Equipa do Baixo Vouga – Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS), em especial à Dr<sup>a</sup> Luísa Gomes, pela experiência, aprendizagem, e bom estágio que me proporcionou.

Aos meus pais, pelo esforço que fizeram ao longo destes cinco anos, para que nada me faltasse e para que concluísse o meu curso com sucesso.

Aos meus colegas de curso, sobretudo à Sónia Pratas, que me aturou nos bons e nos maus momentos.

Às minhas “sis”, Lipa e Lia, com quem partilhei a minha vida académica, e que tanto me ensinaram.

E por fim, ao João Marques, que nesta recta final tanto me deu na cabeça, fazendo-me perceber o que realmente é importante nesta vida.

*Aos meus pais.*

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>I - Enquadramento conceptual</b> .....	2
Conceito de crime.....	2
Conceito de baixo autocontrolo.....	4
Origem.....	7
Estabilidade.....	8
Dimensionalidade.....	9
Oportunidade de crime.....	11
O efeito do baixo autocontrolo no crime: uma breve revisão da literatura.....	12
<b>II – Objectivos</b> .....	16
<b>III – Metodologia</b> .....	16
Participantes.....	16
Instrumentos.....	19
Procedimento.....	21
<b>IV – Resultados</b> .....	22
<b>V – Discussão</b> .....	26
<b>VI – Conclusões</b> .....	29
<b>Bibliografia</b> .....	31
<b>Anexos</b> .....	38

## Introdução

Criminologistas e investigadores de várias disciplinas têm-se empenhado em determinar por que é que certas pessoas estão mais inclinadas para cometerem crimes do que outras. Assim têm surgido, ao longo das últimas décadas, várias teorias do crime cuja complexidade e valor explicativo são muito variados.

Actualmente, a “Teoria Geral do Crime” de Gottfredson e Hirschi (1990) é uma das mais fecundas e populares no domínio dos comportamentos anti-sociais e, tal como o título sugere, pretende explicar todos os tipos de crime, em todos os contextos e fases de vida. A hipótese central desta teoria é a de que na origem desses comportamentos se encontra um baixo autocontrolo - uma característica da personalidade que regula a capacidade da pessoa para resistir às oportunidades de transgredir, com que frequentemente se depara.

O grande sucesso desta teoria, fácil de constatar pelo número de investigações que tem originado desde o seu aparecimento, deve-se essencialmente à clareza e simplicidade da sua formulação, e à sua ambição de explicar todo e qualquer comportamento criminal, bem como outros comportamentos análogos (e.g., crime de “colarinho branco”, consumo de droga, fuga à escola).

Gottfredson e Hirschi são claros ao afirmar que a ausência de autocontrolo por si só não produz o comportamento criminoso, necessitando sempre da presença da oportunidade. Ou seja, na origem de todo e qualquer crime, bem como na origem de qualquer outro comportamento anti-social ou desviante, estaria a interacção entre o baixo autocontrolo e a oportunidade. Mas, ao longo de toda a obra, a ênfase é colocada quase exclusivamente no baixo autocontrolo. Como os dois autores referem, todos temos imensas oportunidades de crime ou de outras transgressões ao longo da vida. O que realmente distingue os criminosos dos não criminosos seriam as diferenças individuais no baixo autocontrolo.

Mas, antes de entrarmos na discussão detalhada desta questão, importa analisar os conceitos centrais desta teoria, designadamente o conceito de crime, baixo autocontrolo e oportunidade.

## I – Enquadramento conceptual

### *Conceito de Crime*

Segundo Gottfredson e Hirschi (1990), para se responder à questão “Por que é que alguns de nós cometem crimes<sup>1</sup> e outros não?” é necessário primeiro ter uma definição explícita e detalhada de comportamento criminoso. De acordo com os autores, é isso que falha em muitas teorias tradicionais da criminologia. Para uma grande parte delas “um crime é um acto que viola a lei” (Goode, 2008). A insuficiência desta definição é, segundo aqueles autores, o de não manter qualquer relação entre o conceito jurídico e possíveis causas materiais concebíveis. Por isso substituíram “a decisão baseada no construto social – ou seja, nas definições dos representantes de uma ou mais instituições governamentais” (Goode, 2008, p. 5) – por uma definição *materialista* ou *essencialista*, segundo a qual o crime é um “acto de força ou fraude realizados na prossecução de interesses próprios, que existe de forma separada e independente daquilo que os legisladores dizem: é universal, ou seja, é sempre o mesmo em todos os locais e em todos os tempos” (Goode, 2008, p. 5).

Esta definição materialista cobre a definição legal mas, ao mesmo tempo, é mais abrangente, pois engloba os actos considerados crime pela definição legal (e.g., roubo), os actos considerados crime por algumas jurisdições mas não por outras (e.g., a prostituição), e os actos que não são considerados pela definição legal (e.g., mentir). Assim, utilizando esta definição, a *teoria geral do crime* poderia explicar todas as formas de comportamento anti-social, que vão desde o homicídio ao crime de “colarinho branco”, passando por vários outros comportamentos desviantes ou socialmente inaceitáveis, como os de fuga à escola, consumo de droga e comportamentos sexuais de risco, que os autores designam por

---

<sup>1</sup> O conceito de crime advém da tradição clássica, uma tradição cujas ideias têm sido negligenciadas no pensamento criminológico moderno. Esta definição pressupõe uma concepção de natureza humana, que é descrita por Bentham (1970 *cit in* Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 5) da seguinte maneira: “A natureza colocou a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos, a dor e o prazer”. Assim, por definição, crimes são apenas actos destinados a satisfazer alguma combinação dessas tendências básicas.

“comportamentos análogos”, ou seja, comportamentos semelhantes e/ou relacionados com os comportamentos anti-sociais. Gottfredson e Hirschi (1990) chegaram, assim, a uma definição de crime que, em seu entender, seria aceitável para todos e segundo a qual o crime é um “acto de força ou de fraude realizado na busca do próprio interesse”. Mais concretamente, a sua análise de literatura levou-os a concluir que a maior parte dos crimes “proporciona uma satisfação imediata dos desejos”; é “interessante, arriscado, ou emocionante”; “fornece poucos ou escassos benefícios a longo prazo” para o agressor; “exige pouca habilidade ou planeamento”; e “muitas vezes resulta em dor ou desconforto para a vítima” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89). Mas, por outro lado, abrem “uma segunda porta à possibilidade de que certos actos, que em muitos países serão crimes de acordo com a definição legalista, não o sejam de acordo com a dos autores da *teoria geral do crime*” (Goode, 2008, p. 6). Por exemplo, de acordo com esta definição, o terrorismo, que é um crime do ponto de vista legal, não é em rigor um “crime”, pois não é um acto realizado em busca de um objectivo de interesse particular; além disso, “os terroristas não agem sem levarem em conta as amplas consequências a longo prazo dos seus actos” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 94). Os “actos terroristas” são excluídos da teoria de baixo autocontrolo porque se assume que reflectem um compromisso para com uma causa política ou organizacional, sem muitas vezes trazerem qualquer benefício imediato aos seus autores. O mesmo se poderia dizer de muitos actos que são produto do baixo autocontrolo e que “podem ser tecnicamente crimes em algumas jurisdições, mas noutras não, como por exemplo, jogos de azar, adultério, distribuição e posse de pornografia” (Goode, 2008, p. 7). Estes actos, designados de comportamentos análogos e que, em muitos países, não estão sob a alçada do código penal, são comportamentos ou acções análogas que incluem, além dos crimes de ordem pública, acidentes, vitimizações, abandono escolar, absentismo no emprego, problemas familiares, bem como uma série de comportamentos paralelos tais como fumar, beber em excesso, ou ter relações sexuais precoces. Embora nenhum desses actos implique necessariamente força ou fraude e, portanto, não seja crime, têm em comum com o comportamento criminoso “o facto de serem imediatamente gratificantes, impulsivos, e/ou de risco” (Goode, 2008, p. 8).

Uma questão que se vem colocando com alguma frequência em criminologia, é a de saber se os criminosos são generalistas ou se têm preferência por algum tipo de crime e/ou comportamento análogo. Para muitos autores, os transgressores tendem a especializar-se, ou seja, a aperfeiçoarem-se num tipo de actividade criminosa, tal como roubar, violar, ou traficar. A título de exemplo, Gottfredson e Hirschi (1990) referem-se aos trabalhos de Cloward e Ohlin (1960), que procuraram em subculturas de delinquência distintas, a explicação para formas particulares de comportamento criminoso. Por exemplo, identificando subculturas especializadas em roubo, violência ou drogas. Contudo, para eles essas teorias específicas não se justificam, pois o seu conceito de baixo autocontrolo explicaria igualmente toda a vasta gama de crimes e outros comportamentos análogos.

#### *Conceito de baixo autocontrolo*

Contrariamente às teorias e autores que procuram responder à pergunta “Porque é que algumas pessoas cometem crimes?” e que tentam encontrar respostas em investigações realizadas nesses pequenos grupos de pessoas, Gottfredson e Hirschi (1990) defendem que a tendência para cometer o crime é universal. O que faz a diferença é que a maioria das pessoas aprende a controlar-se, enquanto outras são incapazes disso. Na origem do crime estariam, então, diferenças individuais ao nível do autocontrolo.

Para estes dois autores, a descrição da “natureza” do baixo autocontrolo está intimamente ligada às descrições de actos criminais, pois é a partir de uma análise das características de crime (num sentido lato) que se deduzem as características de um criminoso, ou seja, o seu baixo autocontrolo. Foi isso que Gottfredson e Hirschi (1990) fizeram ao longo do seu livro “A Teoria Geral do Crime”, concluindo que as pessoas com baixo autocontrolo têm personalidades que as predispõem para a prática de tais actos.

Concretamente, essa análise revelou que o baixo autocontrolo engloba seis características inter-relacionadas: impulsividade, preferência

por tarefas simples, tomada de riscos, preferência por actividades físicas, egocentrismo, e temperamento (imprevisibilidade). A impulsividade refere-se à “tendência para responder a estímulos tangíveis no ambiente imediato, para ter uma concreta orientação do “aqui e agora” (Gottfredson & Hirschi, 1990, 89). A preferência por tarefas simples reflecte a “falta de diligência, tenacidade, ou persistência no decurso da acção”, de modo que pessoas com baixo autocontrolo preferem “gratificações de desejos fáceis ou simples” (Gottfredson & Hirschi, 1990, 89). A tomada de riscos refere-se à tendência para os indivíduos serem “aventureiros” em vez de “cuidadosos”, pois os actos criminosos são “excitantes, arriscados, e/ou emocionantes” (Gottfredson & Hirschi, 1990, 89). A preferência por actividades físicas, em vez de actividades “cognitivas” ou “mentais” é outra característica importante, pois o crime parece requerer pouca habilidade e/ou planeamento (Gottfredson & Hirschi, 1990, 89). As pessoas com baixo autocontrolo parecem também ser “egocêntricas, indiferentes, ou insensíveis para com o sofrimento e necessidades dos outros” (Gottfredson & Hirschi, 1990, 89). Finalmente, Gottfredson e Hirschi (1990) referem que as pessoas com baixo autocontrolo possuem uma tolerância mínima à frustração e pouca habilidade para responder ao conflito através de meios verbais, utilizando preferencialmente meios físicos. Como acontece com outros traços da personalidade, estas características estão presentes, em maior ou menor grau, na população geral. Por isso, os indivíduos com estas características não estão, à partida, condenados a uma carreira delinvente ou anti-social, pois o baixo autocontrolo pode ser neutralizado por condições situacionais, ou por outras características do indivíduo, frequentemente designadas na literatura por factores de protecção. Contudo, quem possuir elevado autocontrolo terá menos riscos em todos os períodos da sua vida de se envolver em actos criminosos (Gottfredson e Hirschi, 1990).

Para se avaliar o conceito de baixo autocontrolo assim definido, a medida mais conhecida e utilizada é a escala de Grasmick e colaboradores (1993). Inicialmente, estes autores consideraram a subescala de autocontrolo do Inventário de Psicologia da Califórnia (Gough, 1975 *cit in* Grasmick *et al.*, 1993) como uma possível medida deste traço, pois ela parecia incluir algumas das características abordadas na definição de Gottfredson e Hirschi, como é o caso, por exemplo do item “Eu gosto de ser o centro das atenções”,

que parecia relacionar-se com a componente de egocentrismo. Mas como esta subescala composta por 38 itens não abrangia todas as características de baixo autocontrolo referidas na *teoria geral do crime*, Grasmick e colaboradores (1993) criaram a sua própria medida. Para tal, testaram várias combinações de itens em múltiplas amostras de estudantes universitários. O resultado foi uma escala de 24 itens (quatro para cada uma das seis componentes), em que as respostas a esses itens eram dadas numa escala de quatro opções: (4) concorda fortemente, (3) concorda um pouco, (2) discorda um pouco, e (1) discorda fortemente. Um resultado elevado indicaria baixo autocontrolo. A sua análise estatística permitiu retirar várias conclusões, nomeadamente, que os elementos de baixo autocontrolo incluídos nessa escala apareciam, de forma geral, como um traço unidimensional; que a interacção entre baixo autocontrolo e oportunidade de crime predizia significativamente tanto força como fraude quando os participantes relatavam cometer este tipo de actos durante os 5 anos anteriores a esta entrevista; e que o efeito do baixo autocontrolo sobre crime ocorria primariamente na interacção com a oportunidade de crime.

Por sua vez, Arneklev e colegas (1993) examinaram o efeito da escala de autocontrolo de Grasmick *et al.* (1993) em três diferentes tipos de comportamentos imprudentes: fumar, beber e jogar. Os resultados revelaram um efeito positivo e significativo do autocontrolo no índice de comportamento imprudente. Contudo, quando estes autores desagregaram a escala de autocontrolo nas suas componentes, descobriram que duas dessas componentes separadas, “tarefas simples” e “preferência por actividades físicas”, não prediziam significativamente o índice de imprudência, sendo que a componente “tomada de riscos” apresentava um forte poder preditivo por comparação com as restantes componentes da escala.

Mais tarde, Conner, Stein & Longshore (2008) examinaram o autocontrolo como preditor multidimensional do crime e do consumo de drogas, em adolescentes com antecedentes criminais. Esta análise revelou que apenas duas das seis subescalas desta medida de baixo autocontrolo – temperamento e procura de riscos - predizem crimes violentos, bem como o consumo de droga entre adolescentes já envolvidos no sistema de justiça criminal. Esta questão foi, aliás, analisada em vários outros estudos (e.g. Arneklev *et al.*, 1993) que consideraram que algumas das componentes do

autocontrolo são melhores preditores por comparação com os restantes (e.g., tomada de riscos), sendo esta uma questão que futuramente deverá ser melhor investigada.

Mas, para além desta questão, outras três têm merecido uma atenção especial: a questão da sua origem, a da sua estabilidade, e a da sua natureza unidimensional ou multidimensional.

### *Origem*

Fazendo alusão ao trabalho de outros investigadores, os autores da *teoria geral do crime* defendem que na origem do baixo autocontrolo se encontra uma “ineficaz criação dos filhos”, proveniente da “ausência de disciplina, supervisão e afecto” (Gottfredson e Hirschi, 1990). A literatura existente sobre a relação entre as condições familiares e a delinquência são talvez a melhor maneira de olhar para as condições necessárias para levar a uma socialização bem sucedida das crianças. A este propósito, eles referem os trabalhos de Sheldon e Eleanor Glueck (1950) que se interessaram pelo estudo da estabilidade nas carreiras de criminosos, concluindo que as crianças que são anti-sociais no início da vida têm maiores probabilidades de continuar as suas carreiras anti-sociais em idade adulta. E, ainda nesse âmbito, verificaram que o mais importante são as relações familiares, pois o adolescente criado numa família com limitações a nível económico e com fraco desempenho escolar é mais vulnerável à delinquência.

Baseando-se neste e noutros trabalhos semelhantes, Gottfredson e Hirschi (1990) defendem que o baixo autocontrolo aparece em famílias onde os pais não monitorizam de forma eficaz o comportamento dos filhos, não reconhecem os seus comportamentos desviantes, e falham ao não punir tais comportamentos quando ocorrem. Uma pobre socialização tenderá, então, a aumentar o baixo autocontrolo nas crianças, pois o padrão de comportamento desviante não será corrigido. Ao contrário, os pais que tiverem uma forte vinculação aos seus filhos serão mais capazes de monitorizar, reconhecer e punir o mau comportamento dos seus filhos, ajudando a desenvolver neles um forte autocontrolo.

Ainda de acordo com a *teoria geral do crime*, há outros factores que influenciam o desenvolvimento do autocontrolo na criança, nomeadamente, a qualidade do vínculo emocional entre pais e filhos, a criminalidade dos pais, e o tamanho da família. Gottfredson e Hirschi (1990) referem que além das fracas competências educativas dos pais, há uma outra grande instituição responsável pela supervisão do comportamento da criança: a escola. Se os representantes da escola (e.g., professores, auxiliares de educação) forem incapazes de manter a ordem e a disciplina controlando o comportamento disruptivo da criança, podem estar a contribuir para a falta de autocontrolo e, desse modo, aumentar a probabilidade de comportamento delinvente e criminal. Um dos objectivos da escola é impor restrições e estimular a criança para o sucesso, promovendo assim o desenvolvimento do autocontrolo. Contudo, quando esta instituição não consegue cumprir a sua missão, está a contribuir para um aumento das tendências criminosas da criança, tornando-se, assim, num importante factor de risco e portanto, preditor de comportamento criminal.

### *Estabilidade*

Outra ideia central da *teoria geral do crime* é a hipótese de que o baixo autocontrolo é uma característica estável ao longo da vida. Embora os autores da teoria não sejam muito claros quanto à estabilidade do autocontrolo, a maioria dos investigadores que sobre essa questão têm trabalhado, referem que embora possa haver alguma alteração no baixo autocontrolo, uma vez este estabelecido ou cristalizado, os indivíduos mantêm o seu autocontrolo ao longo do seu percurso de vida. Esta questão tem sido, aliás, objecto de vários testes empíricos, com variadas conclusões. Mais concretamente, alguns estudos verificaram que o autocontrolo é estável ao longo do tempo (Arneklev, Cochran, & Gainey, 1998; Turner & Piquero, 2002), enquanto outros referem uma estabilidade apenas moderada (Burt, Simons, & Simons, 2006).

A este propósito, Arneklev, Grasmick e Bursik (1999) utilizando uma amostra estudantil e uma outra de adultos, constataram que o baixo autocontrolo parece ser um traço latente invariante, ou seja, um traço que

depois de estabelecido não se altera. Nestas circunstâncias, é não só mais provável que aqueles com baixo autocontrolo cometam crimes, mas também que sejam mal sucedidos nas instituições já atrás referidas (Grasmick, Tittle, Bursik & Arneklev, 1993). De facto, os traços que compõem o baixo autocontrolo impedem o bom desempenho académico e ocupacional, destruindo as relações interpessoais, e prejudicando a saúde física e o bem-estar material. A este respeito, existem provas de que alguns desses traços aparecem logo que possam ser fidedignamente medidos, incluindo características como “baixa inteligência, alta actividade, força física, e ser-se aventureiro” (Glueck & Glueck, 1950 *cit in* Gottfredson e Hirschi, 1990).

Para além do seu interesse teórico, a estabilidade do autocontrolo também tem importantes implicações políticas e práticas. Por exemplo, Gottfredson e Hirschi afirmam que o autocontrolo estabiliza antes da adolescência e que, portanto, seria necessária a implementação de intervenções destinadas a ajudar a promover o desenvolvimento de autocontrolo antes desse período. Por exemplo, Piquero, Jennings & Farrington (2009) reconhecem que o autocontrolo parece ser maleável durante os primeiros 10/12 anos de vida, tendendo a aperfeiçoar-se com a idade. Concretamente, estes autores levaram a cabo uma análise sistemática das investigações sobre a eficácia dos programas destinados a melhorar o autocontrolo até aos 10 anos de idade, em crianças e adolescentes, bem como sobre os efeitos desses programas no autocontrolo e crime/delinquência. Os resultados da meta-análise indicaram que estes programas melhoram o autocontrolo das crianças/adolescentes e reduzem a sua delinquência/crime.

### *Dimensionalidade*

Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que o baixo autocontrolo é composto por várias características, e que essas tendem a manifestar-se nos mesmos indivíduos, o que sugere que o baixo autocontrolo é um construto unidimensional. Posteriormente, outros investigadores analisaram a mesma questão sem que se tenha chegado a um consenso. Na verdade, alguns autores interpretam a definição de Gottfredson e Hirschi (1990) como

indicando que o autocontrole é unidimensional (e.g., Longshore *et al.*, 1996; Piquero & Rosay, 1998), enquanto outros sugerem que os autores da *teoria geral do crime* descrevem o autocontrole como um construto multidimensional composto por vários traços distintos (e.g., Arneklev, Grasmick, & Bursik, 1999; Vazsonyi, Pickering, Junger, & Hessing, 2001).

Num dos primeiros trabalhos destinados a avaliar esta questão, Arneklev *et al.* (1993) mostraram, com o seu estudo destinado a construir uma escala que operacionalizasse o conceito de baixo autocontrole tal como é formulado por Gottfredson e Hirschi, que as componentes do baixo autocontrole não têm efeitos equivalentes nos vários comportamentos imprudentes que aí foram analisados (e.g., beber, fumar e jogar). Com base em resultados semelhantes aos deste estudo, Wood *et al.* (1993) contestam também a teoria de Gottfredson e Hirschi, afirmando que as seis componentes do baixo autocontrole não devem ser consideradas como uma característica única, mas antes devem permanecer desagregadas e serem utilizadas como preditores individuais do comportamento desviante.

Outros estudos, como os de Piquero e Rosay (1998) ou de Longshore *et al.* (1996), produziram também resultados contraditórios no que diz respeito à conceptualização de baixo autocontrole. Por um lado, os dados de Longshore *et al.* (1996, 1998) referem que o baixo autocontrole é um traço multidimensional, pois a análise factorial unidimensional de 20 itens que realizaram, revelou seis dimensões. Por outro lado, Piquero e Rosay (1998) baseando-se apenas em 19 dos mesmos itens, sugerem que o baixo autocontrole é uma característica ou traço unidimensional. Resultados semelhantes foram obtidos igualmente por Arneklev, Grasmick e Bursick (1999). Estes autores realizaram uma investigação destinada a avaliar se, além da invariância do baixo autocontrole, as seis componentes identificadas por Gottfredson e Hirschi representam o traço de baixo autocontrole na totalidade, tanto numa amostra de estudantes como numa amostra de adultos. Os resultados mostraram que o baixo autocontrole parecia ser uma característica multidimensional.

Relativamente à validade preditiva do baixo autocontrole, Longshore *et al.* (1996) constataram que a composição da escala do autocontrole é tão ou menos preditiva de criminalidade, quando comparada com algumas das suas subescalas (e.g., tomada de riscos e impulsividade).

Piquero & Rosay (1998) confirmaram essas conclusões, revelando que as subescalas de procura de riscos e de impulsividade predizem comportamentos delinquentes tão bem ou melhor do que a escala global de autocontrolo. De forma semelhante, os estudos de Wood *et al.* (1993) e DeLisi *et al.* (2003), mostraram que das seis subescalas que compõem a escala de Grasmick, a de temperamento era a que melhor predizia o comportamento anti-social. Contrariamente a todas estas afirmações, Vazsonyi e colaboradores (2001) relataram que além de cada uma das subescalas se associar a diferentes formas de comportamento anti-social, o total da escala de autocontrolo parecia ser o melhor preditor do comportamento anti-social.

### *Oportunidade de Crime*

De acordo com a *teoria geral do crime*, o baixo autocontrolo por si só não é o único determinante do crime, uma vez que, por exemplo, um indivíduo com baixo autocontrolo que esteja preso numa instituição de alta segurança, ou preso a uma cama de hospital devido graves a problemas de saúde, dificilmente terá oportunidade de cometer crimes. A oportunidade de crime é, portanto, a segunda variável que especifica as condições em que o baixo autocontrolo tem maior probabilidade de levar ao crime.

Esse facto é claramente reconhecido por Gottfredson e Hirschi (1990) quando descrevem características de situações/incidentes como roubo, homicídio, violação, em que força e fraude muito provavelmente aumentam o interesse próprio do indivíduo (e.g., fornecem prazer). A oportunidade de crime é tida como máxima em situações em que força e fraude possam produzir prazer “imediato”, sejam “mentalmente ou fisicamente fáceis”, e em que haja “fraco risco de detecção e resistência”. Por isso, o crime ocorreria quando uma pessoa com baixo autocontrolo se encontrasse numa situação de “alta oportunidade”, isto é, numa situação em que para o transgressor o prazer de exercer força ou fraude é maximizada e a dor imediata é baixa (Gottfredson & Hirschi, 1990). Assim, o crime aparece, como uma função interactiva de autocontrolo e oportunidade. Mas enquanto que para várias teorias a explicação do crime estaria na oportunidade (e.g.,

presença de colegas desviantes), para Gottfredson e Hirschi a variável mais importante é sem dúvida o baixo autocontrolo. Assim, apesar de reconhecerem, em teoria, a importância da oportunidade, na prática pouca atenção lhe é prestada, pois oportunidades existem em grande número e para todos. O que verdadeiramente faria a diferença seria o baixo autocontrolo.

#### *O efeito do baixo autocontrolo no crime: uma breve revisão da literatura*

A literatura sobre a relação entre baixo autocontrolo e crime é vasta, mas está longe de responder a todas as questões. No seguimento da conceptualização da *teoria geral do crime* de Gottfredson e Hirschi (1990), e do desenvolvimento da escala de baixo autocontrolo (*LSC scale*) de Grasmick e colegas (1993), os investigadores têm-se aventurado em diferentes direcções, utilizando diferentes metodologias, testando diferentes tipos de amostras, e aplicando diferentes parâmetros para o teste da teoria. A maioria dos estudos empíricos que submeteram à prova a hipótese central da *teoria geral do crime* tem utilizado a escala desenvolvida por Grasmick *et al.* (1993), ou escalas semelhantes; e, de modo geral, os resultados têm mostrado que o baixo autocontrolo é um bom preditor de uma série de consequências negativas, incluindo várias formas de comportamento delinvente (Schoepfer & Piquero, 2006; Vazsonyi & Crosswhite 2004), e de vitimização criminal (Holtfreter *et al.*, 2008; Piquero *et al.*, 2005).

Depois de quase uma década de pesquisa, e da sua emergência como uma das principais teorias criminológicas, a *teoria geral do crime* de Gottfredson e Hirschi (1990) foi avaliada por Pratt e Cullen (2000). Estes autores efectuaram uma meta-análise sobre os estudos empíricos existentes sobre essa teoria, com o intuito de avaliar: a “capacidade preditiva” entre medidas de autocontrolo e crime ou comportamentos análogos; a influência da oportunidade na relação autocontrolo/crime; se a capacidade preditiva entre o autocontrolo e a criminalidade nos estudos é influenciada por factores metodológicos (incluindo o uso da medida para operacionalizar o autocontrolo); e se a inclusão de variáveis de outras teorias afecta a relação autocontrolo/crime.

A amostra foi construída a partir de uma pesquisa bibliográfica feita em bases de dados que incluíam todos os estudos empíricos publicados sobre a *teoria geral do crime*. E como a maior parte dos estudos de investigação tratava o autocontrolo como um construto unitário, apenas os estudos que tinham utilizado uma única medida de autocontrolo foram incorporados na amostra, como por exemplo, o de Arneklev *et al.* (1993), Burton *et al.* (1994), Burton *et al.* (1999), Evans *et al.* (1997), e Polakowski (1994). Vários outros estudos que continham uma medida multidimensional de autocontrolo foram excluídos, como foi o caso do estudo de Forde & Kennedy (1997) e LaGrange & Silverman (1999). No total, a amostra incluiu 21 estudos empíricos que continham 126 estimativas com tamanhos de efeito diferentes, representando 49.727 participantes.

O resultado desta meta-análise foi um impressionante apoio empírico para a *teoria geral do crime*, concluindo-se que o tamanho do efeito do conceito central dessa teoria, o baixo autocontrolo, excedeu 0.20. Quando comparado com outros estudos que examinaram preditores do comportamento criminal, este tamanho de efeito classificaria o autocontrolo como um dos mais fortes preditores a nível do crime. E este tamanho de efeito mantinha-se mesmo quando os estudos controlaram o efeito da oportunidade, não parecendo afectado pelo tipo de medida de baixo autocontrolo utilizada (e.g. atitudinal *versus* comportamental). Além disso, verificou-se que o efeito do baixo autocontrolo foi semelhante tanto para o crime como para comportamentos análogos.

No entanto, nem todos os resultados forneceram apoio à *teoria geral do crime*. Primeiro, embora com base num limitado número de comparações, o tamanho do efeito do autocontrolo foi mais fraco nos estudos longitudinais do que nos transversais. Esta constatação assume uma acrescida importância, pois Gottfredson e Hirschi (1990) defendem que os preditores de crime em estudos transversais também são os mesmos que surgem nos estudos longitudinais. Segundo, esta meta-análise revelou de forma clara que quando o autocontrolo é incluído na análise estatística de um estudo, as variáveis de aprendizagem social continuam a ter um forte efeito. Portanto, a alegada superioridade (ou exclusividade) da *teoria geral do crime* não se confirma, pois outras teorias (e.g., Teoria da Aprendizagem Social<sup>2</sup>) continuam a

---

<sup>2</sup> Segundo Akers (1979), esta teoria explicaria o início, a manutenção e a

fornecer uma explicação alternativa ou complementar. O baixo autocontrole e as variáveis relacionadas com a aprendizagem social revelam-se ambos importantes preditores de crime, não sendo as únicas explicações do crime. Pratt e Cullen (2000), referem, ainda, que outras meta-análises mostram também que as atitudes anti-sociais e os colegas delinquentes são fortes preditores de envolvimento criminal cujos efeitos rivalizam com os de baixo autocontrole (Gendreau *et al.*, 1996). Por outras palavras, a meta-análise sobre a literatura empírica relativa à *teoria geral do crime*, indica que a afirmação de que o baixo autocontrole influencia o envolvimento em comportamentos criminosos/análogos é empiricamente suportada. Assim, parece que o baixo autocontrole deve ser considerado um importante preditor de comportamento criminoso, apesar das várias limitações da teoria de Gottfredson e Hirschi (1990).

Por fim, o efeito da interacção de oportunidade criminal com o baixo autocontrole também tem gerado alguma controvérsia. Por exemplo, Longshore & Turner (1998) testaram esta hipótese baseando-se em análises de dados recolhidos entre 1991 e 1994 de cinco programas de tratamentos alternativos para crimes de rua. A variável oportunidade era operacionalizada nesses estudos, primeiro, como o número de amigos do transgressor que se envolviam em crimes e consumiam droga, e segundo em função do tipo desses comportamentos anti-sociais. Os resultados permitiram concluir que o autocontrole interage com a oportunidade de transgressão na explicação de crimes de fraude, não se confirmando porém, as predições da teoria em relação aos crimes de força, pois não se encontrou nenhuma interacção entre autocontrole e oportunidade criminal. A explicação fornecida por Longshore & Turner (1998) foi a de que talvez a maioria dos transgressores da amostra apresentasse níveis elevados de oportunidade de crime. Uma hipótese alternativa foi a de que as duas

---

modificação ou desistência do comportamento humano. Concretamente, comportamentos anti-sociais, desviantes, ou crime, aparecem quando as pessoas se associam a outras que as expõem a padrões desviantes, quando o comportamento desviante é reforçado diferencialmente em relação à conduta não desviante, quando essas pessoas são expostas maioritariamente a modelos desviantes em comparação com modelos conformistas, e quando as suas próprias definições os dispõem a cometer actos desviantes.

variáveis utilizadas na medida de oportunidade não teriam sido suficientes como medidas da oportunidade para os indivíduos se envolverem em crimes de força.

Resumindo, apesar de as investigações empíricas confirmarem, de modo geral, a hipótese central da *teoria geral do crime*, há ainda vários pontos que têm suscitado alguma controvérsia, e que necessitam de mais investigação. Uma dessas questões prende-se com a estabilidade do autocontrolo. Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que o baixo autocontrolo é uma característica estável ao longo da vida. Como já anteriormente foi referido, esta hipótese tem sido alvo de vários testes empíricos, com variadas conclusões, algumas delas, por vezes, contraditórias.

Um outro aspecto importante desta teoria a necessitar de mais investigação é a questão da dimensionalidade do autocontrolo. Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que o baixo autocontrolo é composto por várias características, e que essas tendem a manifestar-se nos mesmos indivíduos, o que sugere que o baixo autocontrolo é um construto unidimensional. Contudo, outros investigadores, ao analisarem esta questão têm concluído que se trata de um construto multidimensional, portanto, composto por vários traços distintos. É por isso importante que novos estudos tentem verificar a utilidade e a capacidade preditiva das diferentes subescalas para prever futuros comportamentos criminosos. Será alguma dessas subescalas melhor preditora de crime do que a escala global?

Também o efeito da interacção entre oportunidade criminal e baixo autocontrolo necessita de mais investigação, pois essa interacção não parece dar origem ao crime e/ou comportamentos análogos de uma forma universal. Por outras palavras, parece-nos necessário que futuramente se teste esta relação em várias amostras, que não exclusivamente as de transgressores/criminosos, nos quais é razoável esperar-se que o autocontrolo seja baixo e a oportunidade “alta”.

Foi para responder a algumas destas questões que se efectuou o estudo que a seguir se descreve. Contudo, novas pesquisas deverão ser realizadas com o intuito de dar resposta a estas questões, tanto em Portugal, como em outros países, onde os estudos relativos à temática abordada nesta dissertação são escassos.

## II – Objectivos

O objectivo deste estudo é testar a hipótese segundo a qual o baixo autocontrolo seria a explicação do crime e dos comportamentos anti-sociais, tanto numa amostra da comunidade como numa amostra de reclusos portugueses.

Mais especificamente, pretende-se analisar:

1. Se os indivíduos reclusos têm menos autocontrolo do que os indivíduos da comunidade;
2. Se o baixo autocontrolo é uma característica apenas dos casos mais graves de comportamento anti-social (e.g., reclusos condenados);
3. Se um eventual efeito do baixo autocontrolo continua a verificar-se mesmo depois de se controlar o efeito de outra variável – a oportunidade.

Com base na análise da literatura existente, na sua maioria proveniente de países de língua inglesa, esperar-se-ia que os indivíduos pertencentes ao grupo de reclusos apresentassem mais baixo autocontrolo, quando comparados com os indivíduos pertencentes ao grupo da comunidade, e que o efeito do baixo autocontrolo se mantivesse na presença das oportunidades. Mas, além disso, espera-se também que dentro de cada um destes grupos haja diferenças no baixo autocontrolo em função da gravidade ou do nível de comportamentos anti-sociais. Neste sentido, as maiores diferenças no baixo autocontrolo deveriam ocorrer entre os reclusos reincidentes e os indivíduos da comunidade sem comportamentos anti-sociais.

## III - Metodologia

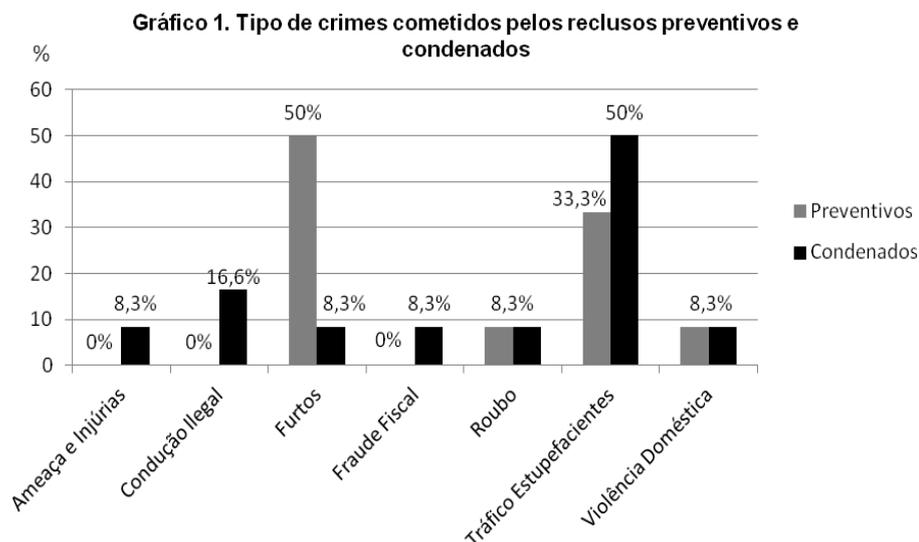
### *Participantes*

Os dados analisados e discutidos nesta dissertação provêm de uma amostra de 75 indivíduos, constituída por 24 reclusos preventivos/condenados, no Estabelecimento Prisional Regional de Aveiro, e por 51

jovens adultos que participaram na 5ª fase de um estudo longitudinal em curso na Universidade de Coimbra, desde 1992/1993.

No Estabelecimento Prisional Regional de Aveiro, após autorização da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, procedeu-se à realização de entrevistas a 24 reclusos, com idades compreendidas entre os 22 e os 44 anos. Metade destes indivíduos (12) estavam presos preventivamente, enquanto os restantes já estavam condenados e cumpriam pena pela prática do respectivo crime.

No Gráfico 1 podem ver-se os crimes cometidos tanto pelos preventivos como pelos condenados, utilizando-se para o efeito a classificação dos crimes de acordo com o Código Penal Português (que constava dos seus processos).

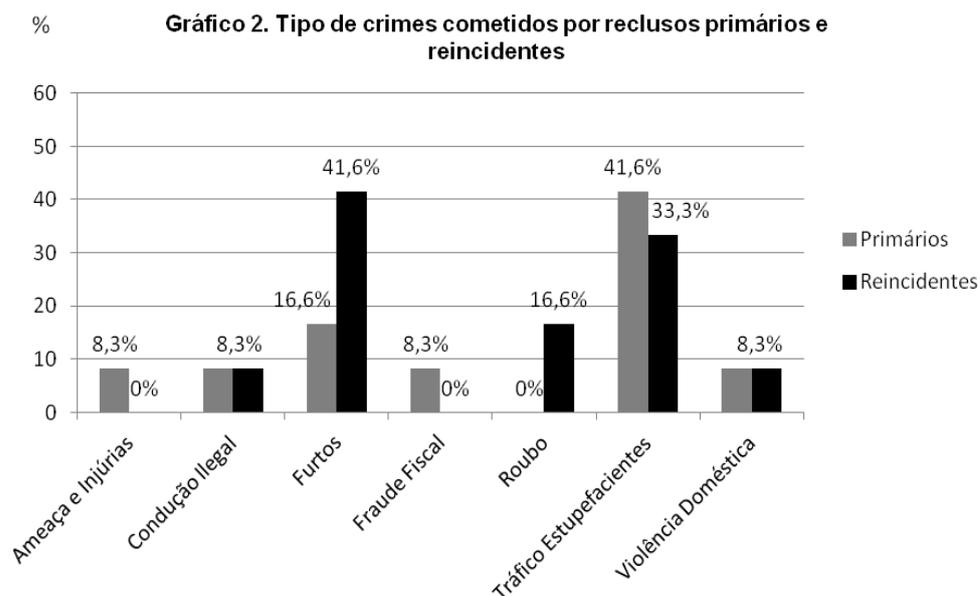


Como por aí se pode observar, relativamente aos preventivos, destaca-se o facto de aguardarem julgamento, à data da entrevista, seis reclusos devido a crimes de furto (artigo 203º, Código Penal Português<sup>3</sup>) simples e/ou qualificado, e outros quatro preventivos (33.3%) por possível tráfico de estupefacientes (artigo 21º, Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de

<sup>3</sup> Artigo 203º, Código Penal Português (CPP) – Furto: 1) Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

Janeiro<sup>4</sup>). Quanto aos condenados, estes foram distribuídos sensivelmente da mesma forma pelas categorias referidas, à excepção da condenação de seis indivíduos (50%), pelo crime de tráfico de estupefacientes.

Por sua vez, no Gráfico 2 apresentam-se esses mesmos crimes repartidos pelos mesmos indivíduos, mas considerando-se se são delinquentes primários ou reincidentes.



De acordo com este gráfico, o crime de tráfico de estupefacientes foi o mais praticado por reclusos primários, enquanto o crime de furto simples e/ou qualificado foi cometido maioritariamente por reclusos reincidentes. Através destes dois gráficos, pode concluir-se que os crimes de furto e tráfico de estupefacientes são os mais frequentes nesta amostra de reclusos.

Relativamente à amostra da comunidade, esta investigação na sua fase inicial, abrangia três coortes representativas de alunos que frequentavam, no ano lectivo de 1992/1993, o 2º, 4º e 6º anos em 32 das 106 escolas públicas do concelho de Coimbra. A selecção das escolas foi

<sup>4</sup> Artigo 21º, Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de Janeiro – Tráfico e outras actividades ilícitas: 1) Quem, sem para tal se encontrar autorizado, cultivar, produzir, fabricar, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver, fora dos casos previstos no artigo 40º, plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.

realizada aleatoriamente, tendo sido depois seleccionado um número de turmas dentro de cada escola proporcional ao tamanho da mesma, e recolhida informação sobre cada aluno das turmas seleccionadas. A amostra total era constituída por 1586 alunos, dos quais 445 faziam parte da coorte mais jovem (2º ano de escolaridade), 448 faziam parte da coorte intermédia (4º ano de escolaridade) e 693 alunos pertenciam à coorte mais velha (6º ano de escolaridade). Posteriormente, a coorte mais jovem foi avaliada mais quatro vezes, e a coorte intermédia foi avaliada apenas mais duas vezes, enquanto os participantes da coorte mais velha não foram, até agora, objecto de qualquer *follow-up*.

Para o presente trabalho, foram utilizados os dados relativos a 51 participantes do sexo masculino, pertencentes à coorte mais jovem que está agora a ser avaliada pela quinta vez, e que é composta por indivíduos com idades compreendidas maioritariamente entre os 26 e os 27 anos, embora alguns deles já tenham 30 a 33 anos. Esta selecção foi feita de maneira a obter-se um subgrupo de controlo que se aproximasse o mais possível das idades do grupo de reclusos.

### *Instrumentos*

Dada a natureza abrangente desta investigação longitudinal, foram recolhidas informações relativas a diversos domínios, designadamente dificuldades de aprendizagem, problemas de atenção/hiperactividade, comportamentos anti-sociais e psicopatologia em geral, tendo-se recorrido a vários instrumentos para avaliar estas variáveis. Para tal utilizou-se no *follow-up* uma entrevista estruturada e várias escalas preenchidas pelos próprios participantes (*self-report*), sendo que esses mesmos instrumentos foram os utilizados com a amostra de reclusos.

Particularmente relevante para esta dissertação, foi a *Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais* (SRA; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & Van Kammen, 1989; Fonseca, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1995), uma medida constituída por 64 itens relativos a variadas transgressões (e.g., Item 22. *Roubar dinheiro ou outras coisas dos bolsos ou da carteira das outras pessoas*; Item 33. *Utilizar armas ou força*

*física para roubar uma pessoa, uma loja, um banco ou outro negócio*; Item 35. *Atacar um adulto – que não seja da sua família – com o propósito de o magoar seriamente ou de o matar*; Item 55. *Fazer barulho ou não respeitar as regras numa lugar público, de tal modo que as pessoas se queixaram de si.*), utilizada nas últimas fases do estudo. Neste instrumento, pedia-se ao sujeito para indicar se alguma vez na vida cometeu essas transgressões e, se sim, indicar a sua frequência nos últimos 12 meses, ou seja, (0) nunca, (1) 1 ou 2 vezes, ou (2) várias vezes.

Para avaliar o baixo autocontrolo foi utilizada a *Escala de Baixo Autocontrolo* de Grasmick e colaboradores (1993), que é constituída por 24 itens distribuídos por 6 subescalas correspondentes às dimensões do baixo autocontrolo propostas por Gottfredson e Hirschi (1990) na *teoria geral do crime*. Na versão portuguesa, cada item podia ser respondido de acordo com uma escala de quatro pontos que ia de 0 (nada) a 3 (muito), sendo que os vários itens fazem parte de subescalas específicas dentro deste instrumento (e.g., Item 1. *Faço as coisas impulsivamente, sem parar para pensar - impulsividade*; Item 6. *Quando as coisas se tornam complicadas, eu retraio-me ou facilmente renuncio a lutar por elas – tarefas simples*; Item 10. *Faço coisas arriscadas só para me divertir – tomada de riscos*; Item 14. *Sinto-me melhor quando tenho de me mexer para fazer qualquer coisa do que quando estou sentado(a) a reflectir – preferência por actividade física*; Item 17. *Procuro primeiro tratar de mim, mesmo que isso venha a prejudicar os outros – egocentrismo*; Item 21. *Irrito-me e descontrolo-me facilmente – temperamento*) (Fonseca, 2002). Para o presente trabalho foi utilizada a pontuação de cada subescala, bem como a sua pontuação total. Em qualquer dos casos, os resultados mais elevados são indicativos de níveis mais baixos de autocontrolo.

No que se refere à variável oportunidades, utilizou-se uma escala composta por 18 questões que visam avaliar as oportunidades operacionalizadas em termos de amigos desviantes que o indivíduo tem (e.g., *Quantos dos teus colegas... Têm comportamentos legalmente proibidos, tais como roubar ou praticar actos de vandalismo? Têm dificuldade em controlar a sua agressividade ou se envolvem frequentemente em brigas?*). Estas questões caracterizam as pessoas com quem o sujeito gosta de passar o seu tempo, assumindo-se que quanto mais

amigos desviantes houver, maiores serão as oportunidades de transgressão. As respostas dos sujeitos variavam entre 0 (nenhum amigo desviante), 1 ou 2, 3 ou 4, e 5 ou mais amigos desviantes.

Qualquer destes instrumentos foi objecto de análises anteriores tendo revelado propriedades psicométricas satisfatórias (Fonseca, A. C., Rebelo, J. A., & Damião, M. H., 2006). Novas análises relativas à fase de idade adulta estão actualmente em curso.

### *Procedimento*

A recolha de informação no grupo de reclusos foi feita no Estabelecimento Prisional Regional de Aveiro, depois de estes terem dado o seu consentimento. A recolha de dados consistia no preenchimento de um conjunto de questionários utilizados na investigação longitudinal da Universidade de Coimbra. Como recompensa receberam um cartão presente do grupo Sonae no valor de 20 euros. Esperava-se, assim, aumentar a sua motivação para a execução das tarefas que lhes eram apresentadas, à semelhança do que acontece com os participantes nesta 5ª fase do estudo longitudinal, na comunidade.

As entrevistas iniciaram-se após se terem obtido as necessárias autorizações institucionais e após os participantes terem manifestado, de livre vontade a sua disponibilidade para participarem nesta investigação. O trabalho foi feito numa sala de advogados do estabelecimento prisional, na qual estavam presentes apenas a entrevistadora e o participante. Em qualquer das entrevistas, depois de descrever os objectivos do estudo, foi sempre garantida aos participantes a confidencialidade das respostas, salientando-se ao mesmo tempo a importância da sua colaboração nesta investigação.

Relativamente à recolha de informações na 5ª fase do estudo longitudinal da comunidade, esta decorreu tanto em casa do próprio participante, como na Faculdade de Psicologia, ou noutros locais previamente combinados. Em qualquer das avaliações, depois de se explicar os objectivos gerais do estudo, garantia-se aos participantes a confidencialidade das respostas e salientava-se a importância da sua colaboração, numa tentativa de, assim, se reduzir a mortalidade experimental

na investigação e aumentar a sua motivação para as tarefas que lhes iam sendo apresentadas. A recolha de dados está ainda em curso, pelo que não nos foi possível até agora determinar a taxa de mortalidade (*missings*), nem quais as suas consequências para a interpretação dos nossos resultados. Mas, com base nos dados até agora recolhidos, essa participação não será inferior aos 80% da amostra inicial.

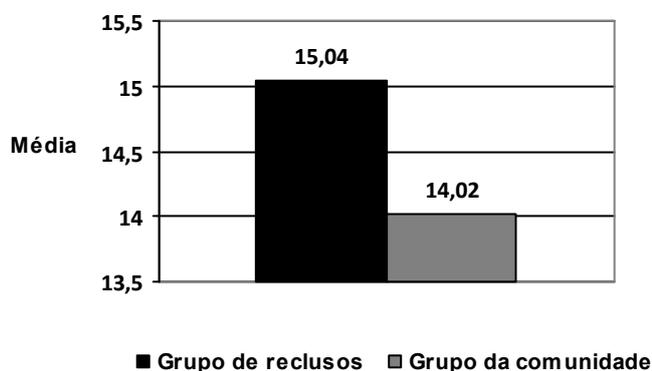
#### IV – Resultados

De entre as numerosas análises estatísticas levadas a cabo neste estudo, apresentam-se aqui as que são directamente relevantes para as questões em apreço.

*Os reclusos terão menos autocontrolo do que os seus pares da comunidade?*

Realizando uma análise estatística descritiva, obtivemos os resultados que estão apresentados no Gráfico 3 relativos às médias do grupo de reclusos e do grupo da comunidade relativamente à Escala de Baixo Autocontrolo (escala total).

**Gráfico 3. Média dos dois grupos relativamente à Escala Total de Baixo Autocontrolo**



Embora os reclusos obtenham uma pontuação mais elevada do que os seus colegas da comunidade – grupo de controlo – essa diferença não é estatisticamente significativa.

Quando a comparação incidiu sobre as seis subescalas dessa medida, verificou-se também que os grupos apresentavam médias ligeiramente diferentes, como se pode ver na tabela 2 em anexo, aparecendo pontuações mais elevadas no grupo de reclusos como seria de esperar. Contudo, não foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos relativamente às seis subescalas: impulsividade ( $F(1,72)=0.286$ ;  $p>0.05$ ), tarefas simples ( $F(1,72)=2.579$ ;  $p>0.05$ ), tomada de riscos ( $F(1,73)=1.375$ ;  $p>0.05$ ), actividade física ( $F(1,73)=0.007$ ;  $p>0.05$ ), egocentrismo ( $F(1,73)=0.991$ ;  $p>0.05$ ), e temperamento ( $F(1,73)=0.468$ ;  $p>0.05$ ). À primeira vista, estes resultados parecem contradizer a hipótese central *teoria geral do crime*.

*Será o baixo autocontrolo uma característica apenas dos casos mais graves de comportamento anti-social?*

Para responder a esta questão redistribuíram-se os dois grupos da amostra. O grupo de reclusos deu origem aos subgrupos de reclusos primários e reclusos reincidentes, enquanto que o grupo da comunidade se subdividiu em indivíduos que se encontram abaixo e acima média na escala de comportamentos anti-sociais/delinquência utilizada neste estudo, tendo como critério se “Alguma vez na vida” se envolveram em vários tipos de transgressões (SRA; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & Van Kammen, 1989; Fonseca, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1995).

Na tabela 1 são apresentadas as médias dos quatro subgrupos, resultantes de uma análise de variância (ANOVA) com comparações Post-Hoc pelo método de LSD, de modo a determinar entre que grupos existiam diferenças significativas. Uma vez que se utilizou uma escala de baixo autocontrolo, médias mais elevadas indicam autocontrolo mais baixo.

**Tabela 1. Médias dos quatro subgrupos na escala total de baixo autocontrole**

	Grupo de Reclusos		Grupo da Comunidade	
	1.Primários	2.Reincidentes	3.Indivíduos Abaixo da Média (SRA)	4.Indivíduos Acima da Média (SRA)
Médias	9.82 (4.47)	19.83 (12.01)	11.84 (6.23)	17.58 (5.23)
Diferenças Significativas	2 e 4 > 3 > 1 *			

\*p&lt;0.05

SRA= Scale of self-reported antisocial behavior.

Nota: Os desvios-padrão encontram-se entre parênteses.

Como por aí se pode ver, o grupo de reclusos reincidentes apresenta uma média bastante superior à dos reclusos primários. No grupo da comunidade, aqueles que se encontram acima da média na Escala de Comportamentos Anti-Sociais (SRA) apresentam também uma média significativamente superior na Escala de Baixo Autocontrole, relativamente aos que se encontram abaixo da média no SRA. Mais concretamente, verificou-se que os reclusos reincidentes (2) e os indivíduos mais anti-sociais da comunidade (4) são os que apresentam uma média superior relativamente aos reclusos primários (1) e ao grupo de controlo (não anti-social) da comunidade (3); mas esses dois subgrupos não diferem significativamente entre si. Ainda, de acordo com a tabela 1, o grupo de controlo da comunidade (3), apresenta pontuação mais elevada do que reclusos primários (1), resultado algo inesperado.

Posteriormente, efectuou-se uma comparação (análise de variância) destes quatro subgrupos nas seis subescalas da Escala de Baixo Autocontrole (cfr. *Tabela 3 em Anexo*), sendo que as diferenças entre os grupos foram calculadas com base em testes Post-Hoc (LSD). De acordo com esse quadro, as diferenças entre os subgrupos variavam em função das subescalas de baixo autocontrole. Essas diferenças eram significativas nas subescalas de impulsividade, tomada de riscos, e temperamento. Mais concretamente, na subescala de impulsividade, o grupo de reclusos reincidentes (2) e o de indivíduos que estão acima da média nos comportamentos anti-sociais (4) na comunidade apresentam médias superiores aos outros dois grupos; na subescala relativa à tomada de riscos, o grupo de reclusos reincidentes (2)

apresenta uma média superior aos grupos de reclusos primários (1) e ao de indivíduos da comunidade que se encontram abaixo da média no SRA (3); e, por fim, relativamente à subescala de temperamento, as diferenças são estatisticamente significativas entre os grupos de reclusos reincidentes (2) e de indivíduos da comunidade acima da média no SRA (4) por comparação com os outros dois subgrupos.

Pode pois dizer-se que, de um modo geral, as diferenças obtidas a nível das subescalas reflectem as diferenças obtidas na escala global. Mas houve também algumas excepções, designadamente nas subescalas de actividade física e de egocentrismo, ilustrando-se assim o interesse de se utilizarem subescalas relativas às componentes específicas do baixo autocontrolo. Isto dá-nos indicações sobre os aspectos do baixo autocontrolo que melhor distinguem delinquentes de não delinquentes.

*Serão as diferenças entre estes quatro subgrupos no baixo autocontrolo explicadas pela variável oportunidade?*

Para responder a esta questão procedeu-se à comparação dos quatro subgrupos, na qual se controlou o efeito da variável oportunidade através de uma análise de covariância (ANCOVA). Relativamente a essa variável, utilizou-se o questionário “Os meus Colegas”, que avalia as oportunidades operacionalizadas em termos de amigos desviantes (o participante deveria indicar o número de amigos que se envolviam em diversas actividades desviantes). Como já foi referido anteriormente, esta análise é importante, dado o estatuto ambíguo ou secundário reservado a esta variável na *teoria geral do crime*. Isto contrasta com o papel relevante atribuído à influência dos pares desviantes na origem do crime noutras teorias, designadamente na Teoria de Aprendizagem Social de Akers.

Os resultados da ANCOVA mostram que as diferenças significativas entre os grupos obtidas na secção anterior (cfr. *Tabela 1. Médias dos quatro subgrupos na escala total de baixo autocontrolo*) se mantinham. Assim sendo, parece legítimo concluir-se que as diferenças encontradas entre os quatro subgrupos da amostra total não se devem exclusivamente ao efeito

das oportunidades. Pelo contrário, há também um efeito próprio do baixo autocontrolo.

Posteriormente, procedeu-se à comparação das seis subescalas da Escala de Baixo Autocontrolo, na qual se controlou novamente o efeito da variável oportunidade, através de uma análise de covariância. Os resultados mostraram existir diferenças significativas apenas nas subescalas de impulsividade ( $p=0.044$ ) e de temperamento ( $p=0.003$ ), revelando que estas diferenças se devem ao efeito do baixo autocontrolo, e não ao efeito de oportunidade (cfr. *Tabela 4 para mais pormenores*).

Em síntese, o facto de se controlar estatisticamente o efeito da variável oportunidade (de transgressão) não reduz substancialmente nem elimina o efeito do baixo autocontrolo no crime e nos comportamentos anti-sociais. Mas, ao mesmo tempo, essa análise revela também um efeito significativo (e independente) das oportunidades no comportamento anti-social.

## **V - Discussão**

Uma das primeiras conclusões que se pode retirar desta análise de dados refere-se à forma como a característica de baixo autocontrolo se apresenta na amostra em estudo. De acordo com a *teoria geral do crime*, Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que “*tanto no crime, como em comportamentos análogos, existe uma característica comum nos indivíduos, que se designa por baixo autocontrolo*”. Colocada assim em termos gerais, esta hipótese não foi confirmada uma vez que não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a amostra de reclusos e a amostra da comunidade, tanto na Escala Global de Baixo Autocontrolo, como nas suas subescalas. Mas, no que se refere à hipótese segundo a qual o baixo autocontrolo seria a explicação do crime e dos comportamentos anti-sociais, tanto numa amostra da comunidade como numa amostra de reclusos portugueses – objectivo central desta dissertação – verificou-se que os reclusos reincidentes e os indivíduos mais anti-sociais da comunidade eram aqueles que apresentavam uma média superior na Escala de Baixo Autocontrolo, quando comparados com os restantes subgrupos. Assim, os

dados parecem indicar que o baixo autocontrole é uma característica de casos mais graves de comportamento anti-social, tanto na prisão como na comunidade. As médias dos grupos de reclusos reincidentes e de indivíduos anti-sociais da comunidade eram estatisticamente superiores às dos reclusos primários e às do grupo de controlo (não anti-social) da comunidade. Tais resultados ajudam a compreender a ausência de diferenças significativas entre reclusos e não reclusos no autocontrole, pois neste último grupo (comunidade) há muitos indivíduos anti-sociais que provavelmente não foram detectados. Isso explicaria, aliás, as diferenças obtidas entre indivíduos anti-sociais e não anti-sociais, na comunidade. Contudo, e de forma surpreendente, o grupo de controlo da comunidade apresentou pontuação mais elevada do que o dos reclusos primários. Esta última diferença, à primeira vista inesperada, poderá ter duas explicações: o pequeno número de sujeitos envolvidos e o tipo de crime praticado pelos reclusos primários. Para contornar esta limitação e explicar este resultado, seria desejável que em futuros estudos se utilizassem amostras compostas por um maior número de sujeitos, com uma maior diversidade de crimes cometidos.

Uma das vantagens deste estudo reside em ele permitir uma comparação dos quatro subgrupos relativamente às seis subescalas da Escala de Baixo Autocontrole. Quando Arneklev e colegas (1993) examinaram o efeito da escala de autocontrole de Grasmick *et al.* (1993) em três diferentes tipos de comportamentos imprudentes (fumar, beber, e jogar) e desagregaram a escala de autocontrole nas suas seis componentes, descobriram que dois dos componentes separados, “tarefas simples” e “preferência por actividades físicas”, não prediziam significativamente o índice de imprudência, sendo que a componente “tomada de riscos” apresentava um forte poder preditivo por comparação com as restantes componentes da escala. Mais tarde, Conner, Stein & Longshore (2008) examinaram o autocontrole como preditor multidimensional do crime e do uso de drogas, em adolescentes com antecedentes criminais e verificaram que apenas duas das seis subescalas da Escala Global de Baixo Autocontrole – temperamento e tomada de riscos - prediziam crimes violentos, e consumo de droga entre adolescentes já envolvidos no sistema de justiça criminal. Em parte, os nossos dados vão no mesmo sentido. Efectivamente, através das

análises por nós realizadas, verificou-se que apesar de os quatro subgrupos apresentarem médias ligeiramente diferentes, essas diferenças eram significativas apenas nas subescalas de impulsividade, tomada de riscos, e temperamento. Pode pois dizer-se que, de modo geral, as diferenças obtidas a nível das subescalas reflectem as diferenças obtidas na escala global. As únicas excepções foram as subescalas tarefas simples, actividade fisica e egocentrismo. Isto, mostra bem o interesse de se utilizarem subescalas relativas às componentes específicas do baixo autocontrolo e fornece um argumento suplementar em favor da concepção multidimensional do baixo autocontrolo.

Por fim, averiguou-se se as eventuais diferenças entre os quatro subgrupos encontradas anteriormente poderiam ser explicadas pela variável oportunidade. Após se ter procedido a uma comparação dos quatro subgrupos, na qual se controlou o efeito da variável oportunidade através de uma análise de covariância (ANCOVA), os resultados mostraram que as diferenças significativas entre os grupos obtidas na secção anterior se mantinham ( $p < 0.05$ ). Parece, por isso, legítimo concluir-se que as diferenças encontradas entre os quatro subgrupos da amostra total não se devem apenas ao efeito das oportunidades, mas sim ao efeito do baixo autocontrolo. Posteriormente, controlou-se o efeito da variável oportunidade, através de uma análise de covariância, mas desta vez tendo em conta as subescalas da Escala de Baixo Autocontrolo. Os resultados mostraram existir diferenças significativas apenas nas subescalas de impulsividade e de temperamento, confirmando-se, mais uma vez, a importância destas componentes do baixo autocontrolo na explicação do crime dos comportamentos anti-sociais. Ainda de acordo com a mesma análise, a oportunidade aparece como um factor importante para a explicação desse tipo de condutas.

No conjunto, tais resultados, à semelhança do que já se verificava na secção anterior, ilustram bem três pontos. Primeiro, a importância do baixo autocontrolo para a explicação do crime e dos comportamentos anti-sociais. Segundo, as vantagens de uma conceptualização do baixo autocontrolo em várias dimensões ou subescalas bem diferenciadas. Terceiro, a importância da oportunidade para a explicação do crime e dos comportamentos anti-sociais (embora a sua análise ultrapasse os objectivos desta investigação). Mas, no que se refere a este último ponto, a inclusão da variável

oportunidade nestas análises deve ser vista com alguma prudência, uma vez que os reclusos têm, pelo mesmo princípio, menos oportunidades de se envolver em crimes ou condutas anti-sociais do que os seus colegas da comunidade, uma vez que estão presos. Uma maneira de contornar esta limitação seria através da utilização de outras medidas de oportunidades. Por exemplo, perguntando aos participantes quanto tempo passam com os pares depois da escola/trabalho; se saem de casa sem dizer para onde vão e com quem andam (Hay e Forrest, 2008). Do mesmo modo, seria importante verificar em futuros estudos se existem situações ou actividades na prisão que representem oportunidades de transgressão. Em todo o caso, o facto de se controlar estatisticamente o efeito da variável oportunidade (de transgressão) não reduz nem elimina o efeito do baixo autocontrolo nos comportamentos anti-sociais.

Resumindo, com base nas análises efectuadas e de acordo com a literatura existente, a hipótese central formulada no âmbito deste estudo parece confirmar-se em certa medida, pois os indivíduos pertencentes ao grupo de reclusos reincidentes apresentam mais baixo autocontrolo, do que os reclusos primários, e o grupo de indivíduos anti-sociais apresentam pontuações mais elevadas de baixo autocontrolo do que os seus colegas “não anti-sociais” da comunidade; e, este efeito do baixo autocontrolo parece manter-se na presença das oportunidades.

É de referir, no entanto, que a amostra de reclusos era muito pequena. Serão os resultados os mesmos se se aumentar a amostra e se se compararem outros subgrupos? Do mesmo modo, poderíamos-nos interrogar se os resultados se manterão quando se usar outra medida de autocontrolo, ou outra medida de oportunidades de crime.

## **VI - Conclusões**

O presente trabalho tinha como principal objectivo testar a hipótese segundo a qual o baixo autocontrolo seria a explicação do crime e dos comportamentos anti-sociais, tanto numa amostra da comunidade como numa amostra de reclusos portugueses. Os resultados, por nós obtidos, confirmam a hipótese de uma forte relação entre baixo autocontrolo e crime

e/ou comportamento anti-social, mas apenas parcialmente. Ou seja, os reclusos reincidentes têm menos autocontrolo do que os reclusos primários, e os indivíduos anti-sociais da comunidade têm menos autocontrolo do que os seus pares não anti-sociais. Mas, não se encontraram diferenças significativas entre reclusos e não reclusos, considerados na sua globalidade. Além disso, verificou-se que essas diferenças apareciam apenas em algumas subescalas do baixo autocontrolo (e.g., impulsividade), e que se mantinham quando se controlava a oportunidade. Tal resultado está de acordo com as predições da *teoria geral do crime*. Mas, ao mesmo tempo, obtiveram-se alguns resultados inesperados. De acordo com a mesma teoria, esperar-se-ia que as maiores diferenças no baixo autocontrolo ocorressem entre os reclusos reincidentes e os indivíduos da comunidade sem comportamentos anti-sociais; mas tal não aconteceu, verificando-se, antes, que os reclusos primários tinham mais autocontrolo do que os indivíduos da comunidade. É possível que a explicação destes dados, à primeira vista inconsistentes com as predições da teoria, esteja relacionada com algumas limitações da presente investigação. Em particular é de referir, o pequeno número de indivíduos reclusos, a diferença de idades entre o grupo de reclusos e o grupo da comunidade, e o facto de se ter avaliado as oportunidades a partir de um só questionário, que operacionalizava esta variável através de simples contagens dos colegas desviantes referidos pelo próprio participante.

Por isso, sugere-se a realização de novos estudos na população portuguesa que possam contornar estas limitações e proporcionar uma compreensão mais detalhada e rigorosa da maneira como o baixo autocontrolo influencia o crime e os comportamentos análogos e, assim, possibilitar um teste mais completo da validade da *teoria geral do crime*.

### Bibliografia

- Antonaccio, O., & Tittle, C. R. (2008). Morality, self-control, and crime. *Criminology*, 46 (2), 479-505.
- Akers, R. L. (1991). Self-control as a General Theory of Crime. *Journal of Quantitative Criminology*, 7 (2), 201-211.
- Akers, R. L., Krohn, M. D., Lanza-Kaduce, L., & Radosevich, M. (1979). Social learning and deviant behavior: a specific test of a general theory. *American Sociological Review*, 44, 636-655
- Arneklev, B. J., Grasmick, H. G., Tittle, C. R., & Bursik, Jr., R. J. (1993). Low self-control and imprudent behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, 9 (3), 225-247.
- Arneklev, B. J., Cochran, J. K., & Gainey, R. R. (1998). Testing Gottfredson and Hirschi's "low self-control" stability hypothesis: an exploratory study. *American Journal of Criminal Justice*, 23 (1), 107-127.
- Arneklev, B. J., Grasmick, H. G., & Bursik, Jr., R. J. (1999). Evaluating the dimensionality and invariance of "Low self-control". *Journal of Quantitative Criminology*, 15 (3), 307-331.
- Arneklev, B. J., Elis, L., & Medlicott, S. (2006). Testing the general theory of crime: comparing the effects of "imprudent behavior" and an attitudinal indicator of "low self-control". *Western Criminology Review*, 7 (3), 41-55.
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice, D. M. (2007). The strength model of self-control. *Association for Psychological Science*, 16 (6), 351-355.
- Beaver, K. M., DeLisi, M., Mears, D. P., & Stewart, E. (2009). Low self-control and contact with the criminal justice system in a nationally

- representative sample of males. *Justice Quarterly*, 26 (4), 695-715.  
Routledge, Taylor & Francis Group.
- Bolin, A. U. (2004). Self-control, perceived opportunity, and attitudes as predictors of academic dishonesty. *The Journal of Psychology*, 138 (2), 101-114.
- Buker, H. (2011). Formation of self-control: Gottfredson and Hirschi's general theory of crime and beyond. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 265-276.
- Burt, C. H., Simons, R. L., & Simons, L. G. (2006). A longitudinal test of the effects of parenting and the stability of self-control: negative evidence for the general theory of crime. *Criminology*, 44 (2), 353-396.
- Burton, V. S., Cullen, F. T., Evans, T. D. & Dunaway, R.G. (1994). Reconsidering Strain Theory: Operationalization, Rival Theories, and Adult Criminality. *Journal of Quantitative Criminology*, 10, 213-240.
- Burton, V. S., Jr., T. David Evans, Francis T. Cullen, Kathleen M. Olivares, & R. Gregory Dunaway (1999). Age, self-control, and adult's offending behaviors: A research note assessing a general theory of crime. *Journal of Criminal Justice*, 27, 45-54.
- Canter, D. (2008). *Criminal Psychology: topics in applied psychology*. University of Liverpool, UK: Hodder Education.
- Cauffman, E., Steinberg, L., Piquero, A. R. (2005). Psychological, neuropsychological and physiological correlates of serious antisocial behavior in adolescence: the role of self-control. *Criminology*, 43 (1), 133-175.
- Código Penal Português (2010). Edições Almedina: Coimbra.

- Conner, B. T., Stein, J. A., & Longshore, D. (2008). Examining self-control as a multidimensional predictor of crime and drug use in adolescents with criminal histories. *Journal of Behavioral Health Services & Research, 36* (2), 137-149.
- Crosswhite, J. M. & Kerpelman, J. L. (2012). Parenting and Children's Self-Control: Concurrent and Longitudinal Relations. *Deviant Behavior, 33*, 715-737.
- Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de Janeiro. Diário da República, Série I-A – nº 18.
- DeLisi, M., Hochstetler, A., & Murphy, D. S. (2003). Self-control behind bars: a validation study of the Grasmick *et al.* scale. *Justice Quarterly, 20* (2), 241-263
- Desmond, S. A., Bruce, A. S., & Stacer, M. J. (2012). Self-Control, Opportunity, and Substance Use. *Deviant Behavior, 33*, 425-447.
- Evans, T. D., Cullen, F. T., Burton, Jr., V. S., Dunaway, R. G., & Benson, M. L. (1997). The Social Consequences of self-control: testing the general theory of crime. *Criminology, 35* (3), 475-501.
- Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A. & Cardoso, F. (1995). Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos. *Psychologica, 14*, 39-57.
- Fonseca, A. C. (2000). Comportamentos anti-sociais: Uma introdução. In *Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XXXIV, nº1, 2 e 3*, (9-36).
- Fonseca, A. C., Rebelo, J. A., & Damião, M. H. (2006). Relatório final do projecto de investigação “O desenvolvimento dos comportamentos anti-sociais: Um estudo longitudinal dos factores de risco e protecção”. Lisboa: FCT.

- Fonseca, A. C., & Queiroz, E. (2008). Maldades da Juventude: Dados de um estudo português. In *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação*. Edições Almedina.
- Forde, D. R. & Kennedy, L. W. (1997). Risky lifestyles, routine activities, and the general theory of crime. *Justice Quarterly*, 14, 265-294.
- Gendreau, P., Little, T., & Goggin, C. (1996). A meta-analysis of the predictors of adult recidivism: What works! *Criminology*, 34, 575-607.
- Glueck, E. T. & Glueck, S. (1966). Delinquents and nondelinquents in depressed areas: some guidelines for community preventive action. *Community Mental Health Journal*, 2 (3), 213-218.
- Goode, B. (2008). *Out of Control: assessing the general theory of crime*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Gottfredson, M. R. (2006). The empirical status of control theory in criminology. In Francis T. Cullen, John P. Wright, & Kristie R. Blevins (Eds.), *Taking Stock: the status of criminological theory*, 15, 77-100. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford, California: Stanford University Press
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (2006). A general theory of crime. In F. T. Cullen & R. Agnew (Eds.), *Criminological Theory: Past to Present (Essential Readings)*, third edition, 228-240. Los Angeles, California: Roxbury Publishing Company.
- Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, Jr., R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30 (1), 5-29.

- Hay, C., & Forrest, W. (2008). Self-control theory and the concept of opportunity: the case for a more systematic union. *Criminology*, 46 (4), 1039-1066.
- Higgins, G. E., & Marcum, C. D. (2005). Can the theory of planned behavior mediate the effects of low self-control on alcohol use?. *College Student Journal*, 39 (1), 90-103.
- Higgins, G. E. (2009). Parental criminality and low self-control: an examination of delinquency. *Criminal Justice Studies*, 22 (2), 141-152.
- Holtfreter, K., Reisig, M. D., & Pratt, T. C. (2008). Low self-control, routine activities, and fraud victimization. *Criminology*, 46 (1), 189-210.
- LaGrange, T. C., & Silverman, R. A. (1999). Low self-control and opportunity: testing the general theory of crime as an explanation for gender differences in delinquency. *Criminology*, 37 (1), 41-69.
- Longshore, D., Turner, S. & Stein, J. (1996). Self-control in a criminal sample: an examination of construct validity. *Criminology*, 3, 209-228.
- Longshore, D. & Turner, S. (1998). Self-control and Criminal Opportunity: Cross-sectional test of the General Theory of Crime. *Criminal Justice and Behaviour*, 25 (1), 81-98.
- Meldrum, R. C., Young, J. T. N., & Weerman, F. M. (2012). Changes in self-control during adolescence: Investigating the influence of the adolescent peer network. *Journal of Criminal Justice*, 40, 452-462.
- Paternoster, R. & Brame, R. (2000). Self-control, Crime, and Analogous Behaviors. *Criminology*, 38 (3), 971-982.
- Peter, T., LaGrange, T. C., & Silverman, R. A. (2003). Investigating the interdependence of strain and self-control. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 45 (4), 431-464.

- Piquero, A. R., & Rosay, A. B. (1998). The Reliability and Validity of Grasmick et al.'s self-control scale: a comment on Longshore et al.. *Criminology*, 36 (1), 157-173.
- Piquero, A. R., Brame, R., & Moffitt, T. E. (2005). Extending the study of continuity and change: gender differences in the linkage between adolescence and adult offending. *Journal of Quantitative Criminology*, 21 (2), 219- 243.
- Piquero, A. R., Jennings, W. G., & Farrington, D. P. (2009). On the malleability of self-control: theoretical and policy implications regarding a general theory of crime. *Justice Quarterly*, 27 (6), 804-834.
- Polakowski, M. (1994). Linking self and social control with deviance: illuminating the structure underlying a general theory of crime and its relation to deviant activity. *Journal of Quantitative Criminology*, 10, 41-78.
- Pratt, T. C. & Cullen, F. T. (2000). Gottfredson and Hirschi's General Theory of Crime: A Meta-analysis. *Criminology*, 38 (3), 931-964.
- Rebellon, C. J. & Waldman, I. (2003). Deconstructing "Force and Fraud": An Empirical Assessment of the Generality of Crime. *Journal of Quatitative Criminology*, 19 (3), 303-331.
- Reisig, M. D., & Pratt, T. C. (2011). Low self-control and imprudent behavior revisited. *Deviant Behavior*, 32, 589-625.
- Siegel, L. J. (2011). *Criminology: the core*. 4<sup>th</sup> edition. Wadsworth, Cengage Learning. (3-24).
- Schoepfer, A., & Piquero, A. R. (2006). Self-control, moral beliefs, and criminal activity. *Deviant Behavior*, 27, 51-71.

- Tibbetts, S. G., & Myers, D. L. (1999). Low self-control, rational choice, and student test cheating. *American Journal of Criminal Justice, 23* (2), 179-200.
- Turner, M. G., & Piquero, A. R. (2002). The stability of self-control. *Journal of Criminal Justice, 30*, 457-471.
- Turner, M. G., Piquero, A. R., & Pratt, T. C. (2005). The school context as a source of self-control. *Journal of Criminal Justice, 33*, 327-339.
- Vazsonyi, A. T., & Crosswhite, J. M. (2004). A test of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime in African American Adolescents. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 41* (4), 407-432.
- Vazsonyi, A. T., Pickering, L. E., Junger, M., & Hessing, D. (2001). An empirical test of a general theory of crime: a four-nation comparative study of self-control and the prediction of deviance. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 38* (2), 91-131.
- Wood, P. B., Pfefferbaum, B. & Arneklev, B. J. (1993). Risk-taking and self-control: psychological correlates of delinquency. *Journal of Crime and Justice, 16*, 111-130.
- Wright, J. P., & Beaver, K. M. (2005). Do parents matter in creating self-control in their children? A genetically informed test of Gottfredson and Hirschi's theory of low self-control. *Criminology, 43* (4), 1169-1202.
- Wright, B. R. E., Caspi, A., & Moffitt, T. E. (1999). Low self-control, social bonds, and crime: social causation, social selection, or both? *Criminology, 37* (3), 479-509.

## Anexos

**Tabela 2. Médias e desvios-padrão do grupo de reclusos e do grupo da comunidade nas subescalas da Escala de Baixo Autocontrolo.**

	<b>Grupo de Reclusos</b>	<b>Grupo da Comunidade</b>	<b>df</b>	<b>F</b>	<b>Sig.</b>
<b>Impulsividade</b>	3.13 (2.03)	2.86 (1.98)	(1,72)	0.286	n.s.
<b>Tarefas Simples</b>	1.61 (1.95)	2.39 (1.94)	(1,72)	2.579	n.s.
<b>Tomada Riscos</b>	2,21 (2.89)	1.57 (1.80)	(1,73)	1.375	n.s.
<b>Actividade Física</b>	4.67 (2.87)	4.61 (2.79)	(1,73)	0.007	n.s.
<b>Egocentrismo</b>	0.79 (1.32)	0.53 (0.92)	(1,73)	0.991	n.s.
<b>Temperamento</b>	2.42 (1.95)	2.08 (1.75)	(1,73)	0.468	n.s.

n.s.:diferenças que não eram estatisticamente significativas ( $p>0.05$ )

Nota: Os desvios-padrão encontram-se entre parênteses.

Tabela 3. Médias, desvios-padrão, e diferenças significativas dos quatro subgrupos nas subescalas da Escala de Baixo Autocontrolo.

	Grupo de Reclusos		Grupo da Comunidade		F	Sig.	Diferenças Significativas
	1.Primários	2.Reincidentes	3.Indivíduos Abaixo da Média (SRA)	4.Indivíduos Acima da Média (SRA)			
<b>Impulsividade</b>	2.18 (1.33)	3.92 (2.22)	2.29 (1.70)	3.79 (2.10)	4.402	0.007**	2 e 4 > 3 e 1
<b>Tarefas Simples</b>	0.82 (1.08)	2.33 (2.31)	2.26 (2.10)	2.60 (1.70)	2.208	n.s.	3 e 4 > 1
<b>Tomada de Riscos</b>	1.19 (1.54)	3.10 (3.56)	1.17 (1.66)	2.20 (1.88)	3.047	0.034*	2 > 1 e 3
<b>Actividade Física</b>	4.30 (1.95)	5.00 (3.51)	4.10 (2.91)	5.40 (2.46)	1.016	n.s.	n.s.
<b>Egocentrismo</b>	0.37 (0.50)	1.15 (1.68)	0.48 (0.85)	0.60 (1.05)	1.504	n.s.	n.s.
<b>Temperamento</b>	1.00 (1.26)	3.61 (2.60)	1.55 (1.61)	2.90 (1.68)	6.713	0.000**	2 e 4 > 3 e 1

Nota: Os desvios-padrão encontram-se entre parênteses.

\* p<0.05; \*\* p<0.01

n.s.: diferenças que não eram estatisticamente significativas (p>0.05)

**Tabela 4. ANCOVA – Comparação dos quatro subgrupos da amostra nas subescalas da Escala de Baixo Autocontrole, controlando o efeito da oportunidade.**

<b>Subescalas</b>	<b>Impulsividade</b>	<b>Tarefas Simples</b>	<b>Tomada de Riscos</b>	<b>Actividade Física</b>	<b>Egocentrismo</b>	<b>Temperamento</b>
<b>Covariada</b>	1, 69	1, 69	1, 70	1, 70	1, 70	1, 70
<b>F</b>	8.410	0.300	18.023	2.295	1.585	8.758
<b>Sig.</b>	0.005*	0.585	0.000*	0,134	0.212	0.004*
<b>Efeitos de Grupo</b>	3, 69	3, 69	3, 70	3, 70	3, 70	3, 70
<b>F.</b>	2.843	2.098	1.563	0.657	1.013	5.126
<b>Sig.</b>	0.044*	0.108	0.206	0.581	0.392	0.003*

\*p<0.05